

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.508 - RJ (2019/0283909-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S/A**
ADVOGADOS : **FRANCISCO ANTÔNIO FABIANO MENDES E OUTRO(S) -**
RJ025872
DIOGO JOSÉ FABIANO MENDES - RJ164164
AGRAVADO : **CARLOS ALBERTO MOYSES**
ADVOGADOS : **VALDIR CARNEIRO DE SÁ E OUTRO(S) - RJ036157**
JOSÉ AUGUSTO MIRANDA MACHADO - RJ069750
ANA PAULA CAMINHA DA CRUZ - RJ156631
LUIZA GADELHA SAMPAIO - RJ157057
SOC. de ADV. : **CARNEIRO DE SA E MIRANDA MACHADO ADVOGADOS**
ASSOCIADOS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZATÓRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE EXECUTADO PARA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ONDE O EXEQUENTE MANTÉM CONTA PARA VINDA DE EXTRATOS QUE COMPROVEM TER O EXECUTADO REALIZADO DEPÓSITOS A FAVOR DO EXEQUENTE. ÔNUS DA PROVA DO EXECUTADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. A discussão estabelecida, portanto, refere-se ao fato de ter ou não a agravante direito ao requerimento de informações de terceiros, *in casu*, os extratos bancários da instituição financeira aonde o agravado mantém sua movimentação financeira. Em outro dizer, a agravante pretende que o Judiciário milite a favor da obtenção de provas das suas alegações. Como é cediço, em regra, cumpre: (i) ao autor demonstrar o fato constitutivo de seu direito (art. 373, I do CPC); (ii) ao réu provar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, II do CPC). A norma que distribui o ônus da prova tem uma dupla finalidade no processo civil brasileiro contemporâneo. Serve como guia para as partes, funcionando assim como uma regra de instrução, com o que visa estimular as partes à prova de suas alegações e adverti-las dos riscos que correm ao não prová-las. Serve, ainda, como um guia para o juiz, no que aparece como uma regra de

julgamento, a fim de que o órgão jurisdicional, diante de uma situação de dúvida invencível sobre as alegações de fato da causa, possa decidi-la sem arbitrariedade, formalizando o seu julgamento com aplicação do art. 373, do CPC. O ônus da prova é, portanto, o encargo, atribuído pela lei a cada uma das partes, de demonstrar a ocorrência dos fatos de seu próprio interesse para as decisões a serem proferidas no processo. As partes possuem a iniciativa da ação da prova, ou seja, possuem o encargo de produzir as provas para o julgamento do juiz, que deve decidir segundo o princípio da persuasão racional, ou seja, segundo o alegado e comprovado nos autos e não segundo sua convicção pessoal. Assim sendo, na linha do disposto no art. 373, do CPC, fatos constitutivos são os fatos afirmados na petição inicial pelo autor, cabendo a ele prová-los. Em contrapartida, ao réu cabe provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Na hipótese dos autos, a parte agravante alega que realizou pagamentos ao agravado; o agravado não nega ter recebido, mas, sustenta que os mesmos foram realizados em desconformidade com a sentença. Ora, se a agravada alega que fez depósitos a favor do autor, compete a ele apresentar os comprovantes dos mesmos, ônus do qual não deve se desincumbir. Desprovimento do recurso.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a agravante violação dos artigos 380, 505 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimento da omissão relativa à decisão atacada apresentar fundamentação em sentido contrário às três determinações judiciais anteriores, bem como da necessidade para o cumprimento da sentença, na fase executória, da expedição de ofício a terceiros para apresentarem elementos que demonstrem a satisfação do débito.

Aduz que o "*acórdão recorrido, negando vigência às normas processuais, estabeleceu ser possível a prolação de decisão sobre questão já decidida anteriormente e também autorizou que o terceiro (instituição bancária) se negasse a colaborar com o Poder Judiciário, tendo o Poder Judiciário que se adequar aos interesses do terceiro*" (fl. 290, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Com referência à preliminar, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da agravante, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, revelando que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Quanto ao mérito, o Tribunal estadual, mediante análise da prova dos autos, ratificou a decisão do Juízo de 1º grau posterior às informações prestadas pela casa bancária, concluindo que cabia ao executado o ônus da prova de suas alegações, assim se pronunciando (fls. 225-228, e-STJ):

O processo se encontra em fase de cumprimento de sentença e pesa, sobre a demanda, controvérsia sobre ter o agravante ainda débitos a saldar com o agravado. Sustenta a agravante que teria realizado depósitos extrajudiciais na conta do agravado e que já teria quitado a sua obrigação.

Com o objetivo de comprovar tais depósitos, a agravante requereu expedição de ofício ao banco em que o agravado mantém movimentação financeira, para que o mesmo apresentasse extratos bancários dos períodos solicitados, o que foi indeferido.

A discussão estabelecida, portanto, refere-se ao fato de ter ou não a agravante direito ao requerimento de informações de terceiros, *in casu*, os extratos bancários da instituição financeira. Em outro dizer, a agravante pretende que o Judiciário milite a favor da obtenção de provas das suas alegações.

(...)

O ônus da prova é, portanto, o encargo, atribuído pela lei a cada uma das partes, de demonstrar a ocorrência dos fatos de seu próprio interesse para as decisões a serem proferidas no processo.

As partes possuem a iniciativa da ação da prova, ou seja, possuem o encargo de produzir as provas para o julgamento do juiz, que deve decidir segundo o princípio da persuasão racional, ou seja, segundo o alegado e comprovado nos autos e não segundo sua convicção pessoal.

Assim sendo, na linha do disposto no art. 373, do CPC, fatos constitutivos são os fatos afirmados na petição inicial pelo autor, cabendo a ele prová-los. Em contrapartida, ao réu cabe provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.

Na hipótese dos autos, a parte agravante alega que realizou pagamentos ao agravado; o agravado não nega ter recebido, mas, alega que os mesmos foram realizados em desconformidade com a sentença.

Ora, se a agravada alega que fez depósitos a favor do autor, compete a ele apresentar os comprovantes dos mesmos, ônus do qual não deve se desincumbir.

Indiscutível, pois, que o reexame das questões esbarra no óbice de que trata o enunciado n. 7 da Súmula desta Casa. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO. ATRIBUIÇÃO DO AUTOR. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PARTILHA. REVISÃO. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. (...)

2. De acordo com o art. 333, II, do CPC/1973, "o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor".

3. Quanto a matéria atinente ao ônus da prova, a alteração das conclusões do acórdão recorrido exige nova apreciação do acervo fático-probatório da demanda, configurando o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

4. (...)

5. (...)

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1259651/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO,

TERCEIRA TURMA, DJe 5/12/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 40, V, DA LEI 11.445/2007 E 6º, § 3º, II, DA LEI 8.987/95. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. RESPONSABILIDADE CIVIL DA AGRAVANTE. DANOS MORAIS. DEVER DE INDENIZAR. SÚMULA 7/STJ. PRETENDIDA REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. (...)

II. (...)

III. (...)

IV. Ademais, o Tribunal de origem, ao apreciar o Apelo, assentou que "a ré justifica o exagerado aumento da cobrança, no fato de o autor ter realmente consumido o que foi cobrado. Só que nenhuma prova produziu nesse sentido. Incumbia a ré a produzir prova modificativa ou extintiva do direito invocado na exordial, nos termos do art. 333, II, do CPC, mas de tanto a concessionária, como referido, não se desincumbiu". Portanto, entender de forma contrária demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. No mesmo sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AgRg no REsp 1.438.243/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015; AgRg no REsp 1.526.294/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/05/2015.

V. (...)

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 509.624/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 15/12/2015)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora